



Relatório Anual do Conselho Directivo

2018



Luanda, Maio de 2019

Índice

1. INTRODUÇÃO	4
2. CONTEXTO GERAL DO PAÍS	4
3. ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO DURANTE O ANO	7
3.1. Abrangência territorial e grupo de referência	7
3.2. Projectos implementados e em carteira	8
3.4. Balanço dos Programas de Orientação	9
3.4.1. Programa de Desenvolvimento Local Sustentável.....	11
3.4.1.1. Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional	11
3.4.1.2. Ambiente e Mitigação dos efeitos das alterações climáticas	13
3.4.1.3. Saneamento Básico e Saúde Pública	14
3.4.1.4. Poder Local	15
3.4.1.5. Análise do desempenho do programa	17
3.4.2. Programa de Cidadania e Advocacia Social	18
3.4.2.1. Participação Cívica.....	19
3.4.2.2. Juventude, Direitos e Oportunidades.....	20
3.4.2.3. Direitos da Mulher	21
3.4.2.4. Direito à Terra.....	21
3.4.2.5. Informação, Documentação e Comunicação	22
3.4.2.6. Influência nas Políticas Públicas	24
3.4.2.7. Análise do desempenho do programa	25
3.4.3. Programa de Desenvolvimento Organizacional.....	27
3.4.3.1. Gestão e Desenvolvimento do Pessoal.....	27
3.4.3.2. Gestão Financeira, Administrativa e de Património.....	29
3.4.3.3. Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação.....	30
3.4.3.4. Governação e Vida Associativa	32
3.4.3.5. Análise do Desempenho do Programa	33
3.5. Iniciativas geradoras de rendimento	35
3.6. Execução financeira.....	37
3.6.1. Quadro geral das receitas e despesas.....	37
3.6.2. Origem das receitas	38
3.6.3. Custos	40
3.7. Progressos e impactos.....	42

3.8.Constrangimentos	44
4. CONCLUSÕES	44
ANEXOS	44

1. INTRODUÇÃO

O relatório de actividades representa o principal instrumento de prestação de contas e comunicação da actividade da Organização. O ano de 2018 marcou o início de um novo ciclo de planificação estratégica, pelo que no presente relatório traz ajustamentos introduzidos no formato de apresentação da actividade da Organização, incidindo particularmente na avaliação do grau de cumprimento das metas estabelecidas para o ano com base nos indicadores globais do Plano Estratégico 2018-2022. Trata-se de um primeiro exercício que ocorrerá todos os anos, no sentido de permitir que, em 2022, seja possível ter informação sistematizada para avaliar o Plano Estratégico. Mas também para que a organização disponha de informação que permita uma análise mais objectiva do trabalho e de eventuais necessidades de correcção de desvios dos seus objectivos estratégicos.

O documento, incluindo esta nota introdutória, está dividido em quatro partes, designadamente a análise do contexto geral do país, a apresentação do trabalho desenvolvido pela Organização em função dos programas de orientação definidos no Plano Estratégico e as notas conclusivas.

2. CONTEXTO GERAL DO PAÍS

O ano de 2018 ficou marcado pela melhoria nos direitos cívicos e políticos. Apesar disso, foi também um ano marcado pela degradação dos factores de realização dos direitos económicos e sociais.

A afirmação de um novo estilo de liderança do Presidente da República, expresso numa postura mais dialogante inclusive com sectores mais críticos¹, a abertura dos órgãos de comunicação social estatal, mas também o combate à corrupção e à impunidade, marcaram o ambiente político. No campo do combate à corrupção, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) desencadearam acções no sentido de investigação e de detenção de figuras com destaque na sociedade,

¹ O diálogo e a concertação foram marcas importantes. O Presidente da República recebeu o líder da oposição, representantes da sociedade civil e várias sensibilidades do país. Verificou-se que ao longo do ano os vários departamentos ministeriais iniciaram práticas de consulta e diálogo, por exemplo na elaboração do OGE de 2019, de programas públicos da Agricultura, Educação, Urbanismo e Habitação, Economia e outros.

inclusive ex-membros do Executivo. Isto ocorreu no âmbito de um novo ambiente de investigação e valorização das instituições de justiça, apesar de terem sido suscitadas preocupações quanto à sua consistência. No mesmo âmbito, mas com pendore na moralização da sociedade e na reposição da autoridade do Estado, foram iniciadas as operações “Resgate e Transparência”.

O Parlamento aprovou 16 leis², tendo como destaque a Lei do Repatriamento de Capitais e a Lei de Investimento Privado. Em termos de actividade partidária, o MPLA realizou o congresso que consagrou João Lourenço a Presidente deste partido. A UNITA prepara a realização do Congresso que poderá marcar a eleição de um novo presidente. Na CASA-CE os sinais de crise são evidentes, com a intervenção do Tribunal Constitucional no sentido de clarificar a liderança. Verifica-se uma ruptura entre o Presidente da Coligação e os independentes, por um lado e, as lideranças dos partidos coligados, por outro lado.

A indicação do ano de 2020 para a realização das primeiras eleições autárquicas levou o Executivo a realização de uma consulta pública sobre o pacote legislativo autárquico a ser submetido ao Parlamento. O debate não foi aprofundado, tendo os principais actores partidários polarizado a discussão entre os que apoiam a realização das primeiras eleições em todos os municípios já em 2020, e os que apoiam o faseamento.

Do ponto de vista económico, os principais indicadores apontam para um país em crise. A inflação cifrou-se em 18,6%³, a taxa de crescimento em 1,1%⁴, o nível de desemprego em 28,8%⁵ e um endividamento na ordem dos 70 mil milhões de dólares americanos⁶, que tem suscitado dúvidas e apelos à necessidade de uma auditoria. O OGE de 2018 foi aprovado com o preço de referência do petróleo de 50 dólares americanos⁷. Não se registou grandes alterações na estrutura da despesa, nem no processo de formulação, contrariamente ao OGE de 2019 que registou maior participação dos interessados no debate com departamentos ministeriais. As alterações estendem-se também às novas prioridades, com o crescimento do peso percentual da educação, saúde e agricultura. No entanto, cada vez é mais claro que a preocupação tem

² Fonte: Relatório Síntese da Assembleia Nacional

³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

⁴ Fonte: Estratégia de Endividamento a Longo Prazo (2019-2021)

⁵ Fonte: Instituto Nacional de Estatística

⁶ http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/governo_ja_pagou_391_bilhoes_de_kwanzas_da_divida_publica. Consultado às 12 horas do dia 26 de Abril de 2019.

⁷ Este dado é impactante tendo em conta que representa mais de 90%⁷ das exportações.

de incidir nos estrangulamentos à eficiência da despesa pública e dos programas, que não se resolvem apenas aumentando recursos.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), as intervenções feitas pelo



Presidente da República em vários países europeus, mas também o tipo de relações com a China, indicam uma nova abordagem do Estado angolano em matérias internacionais, que têm implicações nas exigências de transparência que o país passa a sujeitar-se. Todavia, sendo visível a abertura do país ao mercado internacional, as opções de política externa do novo Executivo não têm sido suficientemente debatidas pela sociedade, no sentido de serem avaliadas as implicações de curto e longo prazo.

Em relação ao sector produtivo, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) é visto como principal guia do Executivo, a partir do qual são referidos vários programas. No caso da agricultura familiar, existe um novo discurso político e passos embrionários de valorização. Entretanto, a fragilidade institucional, o desconhecimento e as resistências vindas de interesses instalados, prejudicam passos mais audazes.

A crise social agudiza-se, derivada fundamentalmente do quadro de desemprego, degradação das vias de acesso e ineficiência das políticas públicas de protecção social. O acesso à escola continua muito difícil, sendo que em 2018 cerca de dois milhões de crianças estiveram fora do sistema de ensino⁸. No sul de Angola, os efeitos das condições do clima provocaram fome e morte do gado⁹.



O número de greves¹⁰ e manifestação de rua tem crescido, mas decorrendo, geralmente, sem violência. Isto indicia as dificuldades sociais referidas, mas também um ambiente de liberdade e de desanuviamento da sociedade comparativamente ao passado recente.

O espaço da sociedade civil tem ganho novas

⁸<http://www.med.gov.ao>. Consultado às 14 horas do dia 26 de Abril de 2019

⁹https://eeas.europa.eu/delegations/angola_pt/51715/Novo%20programa%20apoia%20as%20práticas%20agrícolas%20sustentáveis%20e%20a%20nutrição%20no%20sul%20de%20Angola. Consultado às 15 horas do dia 26 de Abril de 2019.

¹⁰A título de exemplo, ocorreram greves no sector da saúde, PGR e educação, mas também em algumas empresas públicas.

configurações devido à abertura que se regista, mas também à emergência de iniciativas juvenis no espaço público¹¹. Verifica-se uma combinação entre o protesto e a proposta, colocando desafios às entidades da sociedade civil de apresentação de alternativas estruturadas, num contexto em que as autoridades governamentais, na generalidade, demonstram ainda dificuldades metodológicas de estruturar sistemas de consulta e concertação produtivos.

3. ANÁLISE DO TRABALHO DESENVOLVIDO DURANTE O ANO

3.1. Abrangência territorial e grupo de referência



Ao longo do ano a acção da ADRA centrou-se nos 27 municípios previsto no PE 2018-2022. Quanto aos envolvidos na acção, directamente registaram-se 20.660 pessoas, dos quais 10.620 mulheres e 10.040 homens. Indirectamente 139.183 famílias. A província de Luanda aparece com 4.280 envolvidos devido a estratégia de trabalho nos municípios de Cacuaco, Cazenga, Viana e Kilamba-Kiaxi, maioritariamente jovens. Os envolvidos principais, excepcionando Luanda, são sobretudo produtores agrícolas familiares, pequenos empreendedores, dos quais 51,4% são mulheres. A província da Huíla conta com o maior número de beneficiários directos.

Do ponto de vista institucional, como se descreve na tabela a seguir, foram envolvidas 317 organizações, com destaque para 219 associações e 32 cooperativas. Existe, igualmente, um conjunto de organizações da sociedade civil que a ADRA apoia, disponibilizando espaço físico e suporte institucional.

Tabela n.º 1 – Organizações envolvidas

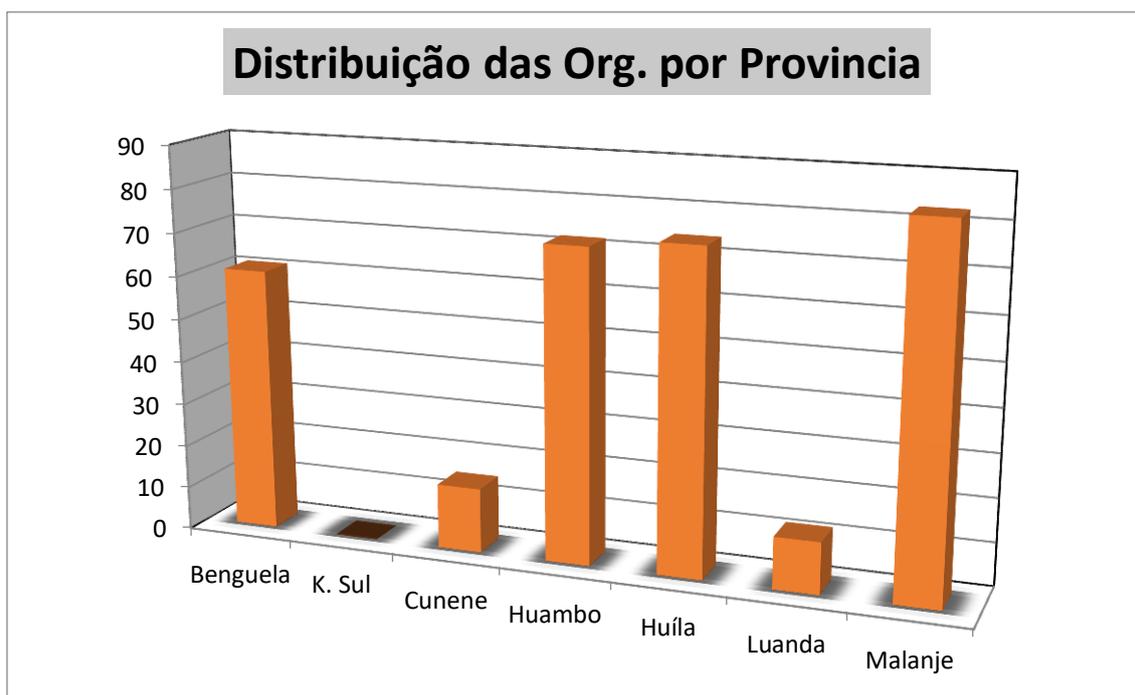
Província	Organizações comunitárias de produtores agrícolas familiares				Outras org. dasoc.civil	Total
	Associações	Cooperativas	Outras	Total		
Benguela	48	10	-	58	3	61
Cuanza Sul	-	-	-	-	-	-
Cunene	14	1	-	15	-	15

¹¹São exemplo disso as várias plataformas em constituição nos municípios de Luanda, no Huambo, no Bié e em Benguela.

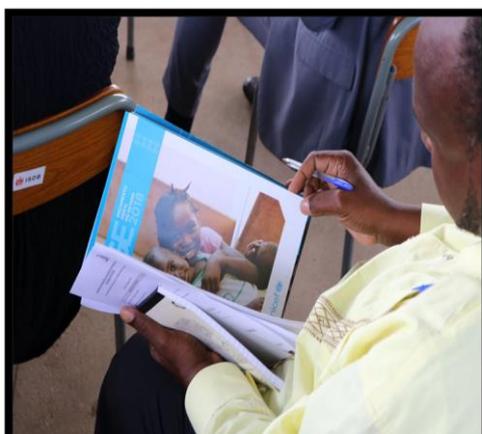
Huambo	46	12	3	61	11	72
Huíla	60	7	3	70	4	74
Luanda	-	-	-	-	12	12
Malanje	51	2	2	55	28	83
Total	219	32	8	259	58	317

Fonte: Base de dados da ADRA

A par destas organizações, fazem parte do universo da intervenção os espaços locais de concertação, nomeadamente fóruns municipais e comunais, núcleos de associações e uniões de associações e cooperativas, num total de 46.



3.2. Projectos implementados e em carteira



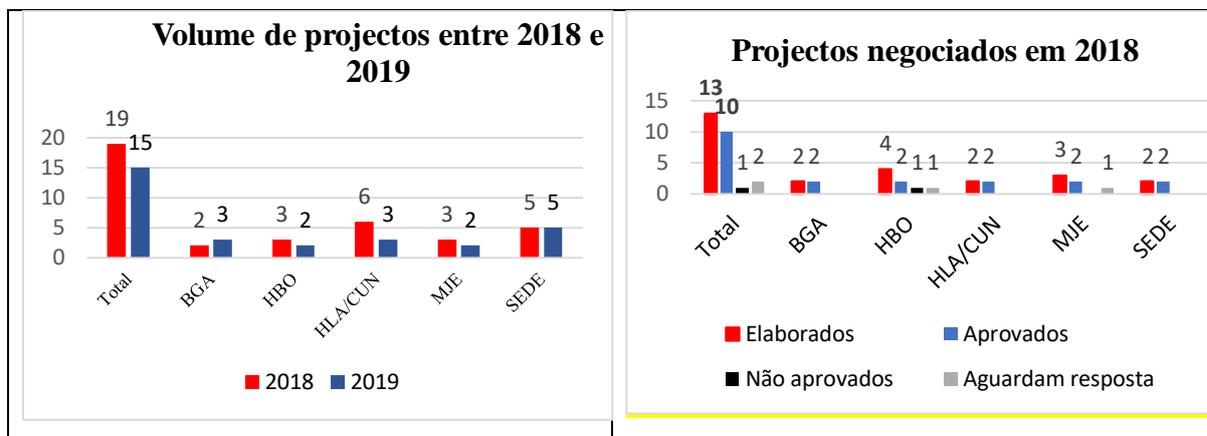
A ADRA tem registado um relativo equilíbrio em termos de número de projectos. Em 2018 foram implementados 19 projectos, sendo a Antena Huíla líder com seis projectos. Continuaram a ser implementados projectos abrangendo duas antenas, como é o caso do Projecto *Ekoliso* que atendeu a Huíla e o Huambo, o projecto *Okulonga*, em implementação nas províncias de Malanje e

Luanda e o projecto *Okulissanga* que integrou Benguela e Cunene. Esta estratégia, apesar de possibilitar aprendizagem entre as diferentes localidades e permitir partilha de

recursos entre as diferentes estruturas, traz desafios de gestão que têm perturbado o desempenho dos projectos. Os diferentes projectos implementados pela Sede têm efeito nas antenas, directamente com acções previstas, como é o caso do Projecto de Monitoria do Orçamento Geral do Estado, mas também aqueles que dispõem recursos para a monitoria e supervisão e o ciclo de formação em Desenvolvimento Comunitário.

Os gráficos, a seguir indicados, demonstram a dinâmica de projectos em 2018 e como iniciou o ano de 2019.

Gráfico n.º 1 - Número de projectos



Fonte: base de dados da ADRA

Quanto aos projectos negociados, de um total de 13 elaborados, 10 foram aprovados, um não foi aprovado e dois aguardam resposta. Durante o primeiro trimestre de 2019, foram elaboradas 15 propostas de projectos que se encontram em carteira.

3.4. Balanço dos Programas de Orientação



Este ponto começa com duas tabelas resumindo os principais números da Organização em 2018 em matéria de eventos realizados, nível de engajamento junto com outras instituições e os aspectos mais relevantes da actividade interna. Seguidamente apresenta-se o balanço, por

programa, tendo como critério o grau de cumprimento das metas estabelecidas para 2018 no Plano de Acção Indicativo¹². Por fim, apresenta-se uma nota conclusiva do desempenho de cada programa.

Tabela n.º 2 - Resumo com os principais números da organização

Eventos e acções	Conteúdo das acções
407 Eventos com as comunidades e parceiros previstos nos projectos	Palestras, debates, conferencias, workshops, seminários e mesas redondas previstas nos projectos, Encontro das Comunidades
400 Convites, dos quais atendidos 362:	Reuniões governamentais, seminários, consultas de agências internacionais, mesas redondas nas administrações municipais e parceiros internacionais;
439 Encontros institucionais (actividade interna):	Conselho de Gestão, Conselho Directivo, encontros técnicos metodológicos, conselhos de coordenação, encontros técnicos das unidades, formações técnicas
74 Presenças em programas de rádio e 27 de televisão	Presença maior na rádio
28 Trabalhos académicos apoiados	Teses de doutoramento, dissertações de mestrado, monografias de licenciatura e trabalhos finais de ensino médio
30 Estagiários apoiados:	Sobretudo universidades locais e ICRA
12 Estudos e 2 artigos publicados	Temas relacionados com o trabalho da Organização

Tabela n.º 3 – Trabalho com as instituições do Estado, redes e aliança

Entidade e mecanismo de parceira	Conteúdo da parceria
Ministério da Agricultura e Floresta	Implantação de Escolas no Campo do Agricultor; Projecto-piloto de Caixas comunitárias; legislação sobre Recursos Filogenéticos e preparação do Orçamento Geral do Estado
Ministério da Administração do Estado e Reforma do Estado	Consulta pública ao processo autárquico; Participação em vários momentos de consulta e debate
Ministério da Assistência Social, Família e Promoção da Mulher	Debate da legislação sobre a assistência social, conselho nacional de assistência social
Ministério do Comercio	Conferencias
Ministério do Ordenamento do Território e Habitação	Processo de registo de terrenos rurais comunitários; Participação na revisão da Lei de Terras
Ministério da economia e Planeamento	Participação em momentos do PRODESI; Preparação do Censo Agro-pecuário
Ministério do Ambiente	Projecto ambiental em Luanda
Ministério da Justiça e Direitos	Participação na discussão sobre a Política de Direitos

¹² A avaliação do grau de cumprimento das metas foi feita com base nas evidências reportadas nos balanços das estruturas executivas, tendo sido estabelecida uma escala de 0 a 5 com a seguinte classificação qualitativa: 0-desempenho nulo, 1-desempenho muito baixo, 2-desempenho baixo, 3-desempenho suficiente, 4-alto desempenho e 5-meta cumprida.

Humanos	Humanos
Ministério da Juventude e Desporto	Acordo para formação de lideranças juvenis com o Instituto Nacional da Juventude
Governos províncias e Administrações municipais	Participação nos Conselhos de Auscultação das Comunidades; Participação na elaboração de documentos locais de apoio ao desenvolvimento
Redes e alianças nacionais e internacionais:	Rede Educação para Todos, Rede Segurança Alimentar da CPLP, Rede Terra, Parceria Internacional para o Orçamento, Grupo de Monitoria dos Direitos Humanos, Rede Nacional de Nutrição, Conselho das OSC do Huambo, Rede Eleitoral em Benguela.
Grupos de trabalho e espaços de auscultação	Recursos Filogenéticos, em 26 CAC Municipais, 5 CAC províncias, Conselho Nacional de Concertação Social; Conselho Nacional de Estatística, Grupos de Acompanhamento de programas no âmbito do PRODESI
Parlamento	Auscultação do OGE,
Agências internacionais	PNUD (transparência orçamental), Unicef (OGE e inclusão de minorias), FAO (Agricultura)
Partidos políticos	Convites para ministrar seminários, participar em debates e consulta (MPLA, UNITA, CASA CE, PRS).

3.4.1. Programa de Desenvolvimento Local Sustentável

O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) está composto por quatro componentes e 23 linhas de acção. Apresenta-se, nas secções que se seguem, o ponto de situação de situação das metas estabelecidas para cada uma das componentes.

3.4.1.1. Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional

As acções nesta componente, durante o ano, incidiram fundamentalmente no apoio aos produtores agrícolas na dinamização de experiências de práticas de produção mais sustentáveis, com destaque para os sistemas agro-florestais, facilitação do acesso aos factores de produção e crédito e apoio à comercialização. Apresenta-se, a seguir, o balanço da componente com base nas metas definidas no Plano de Acção Indicativo.

Meta 1: 518 Produtores de 17 municípios desenvolvem experiências de introdução de práticas sustentáveis nos seus sistemas de produção

Ponto de situação (evidências/resultados)



- i. Em 11 municípios 2.105 produtores (17 de Benguela, 32 do Huambo, 1447 da Huíla e 609 de Malanje) beneficiaram de acções de capacitação sobre sistemas agro-florestais e práticas de conservação dos solos, nomeadamente, i) rotação de culturas, ii) adubação verde e iii) adubação orgânica;
- ii. Os produtores beneficiaram ainda de material vegetativo (mudas) para a dinamização de experiências de introdução de sistemas agro-florestais nas suas unidades de produção;

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho

Meta 2: 1311 produtores de 16 municípios têm acesso aos insumos e equipamentos agrícolas

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. 1.233 produtores tiveram acesso aos insumos e equipamentos para realizarem as suas actividades, nomeadamente sementes de milho e hortícolas, fertilizantes, pesticidas, fármacos veterinários e juntas de tracção animal
- ii. Em Malanje, 4 associações beneficiaram de serviços de mecanização para a preparação de 81 hectares

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 3: 785 produtores dos quais 337 mulheres, têm acesso ao crédito monetário para o desenvolvimento das suas actividades agrícolas e não agrícolas

Ponto de situação (evidências/resultados)

293 produtores tiveram acesso ao crédito monetário e desenvolveram iniciativas geradoras de rendimentos agrícolas e não agrícolas, num total global de Kz 10.432.121.

Grau de cumprimento da meta: baixo desempenho.

Meta 4: 1.140 produtores encontram oportunidades de comercialização dos seus produtos através da organização de vendas colectivas, participação em feiras municipais e outros mercados

Ponto de situação (evidências/resultados)



i) 506 produtores do Huambo, Huíla e Malanje apoiados na comercialização dos seus produtos através da sua participação nas feiras municipais, tendo arrecadado um total de Kz 1.374.040,00;

ii) Duas cooperativas (uma de Benguela e outra do Huambo) apoiaram os seus membros na comercialização de produtos, através de vendas colectivas e de escoamento para outros mercados, num volume global de Kz 1.000.000,00.

Grau de cumprimento da meta: baixo desempenho.

3.4.1.2. Ambiente e Mitigação dos efeitos das alterações climáticas

Referente a essa componente, durante o ano, as acções incidiram sobre iniciativas de retenção de águas pluviais e na introdução de culturas resistentes a seca, na perspectiva de mitigar os efeitos das mudanças climáticas e seca nas populações agro-pastoris nos municípios de intervenção da ADRA, particularmente nas províncias do Cunene e da Huíla.

Meta 1: São implementados projectos na Linha do Ambiente em 6 dos 25 Municípios de intervenção da ADRA (Cacuso, Quela, Baia Farta, Caala, Longonjo e Gambos).

Ponto de situação (evidências/resultados)

i) Implementados dois projectos de educação ambiental em Benguela e um de resiliência à seca no município dos Gambos, provincia da Huíla

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

Meta 2: Construídas e em funcionamento quatro chimpacas melhoradas para captação e retenção de águas pluviais no município dos Gambos (Huíla), beneficiando 81 famílias.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i) Construídos quatro sistemas de captação e aprovisionamento de água em duas aldeias do município dos Gambos com a capacidade de retenção de 52.000 litros de água cada, beneficiando directamente 77 famílias;
- ii) Reabilitados dois sistemas de abeberamento de gado em duas aldeias, igualmente no município dos Gambos.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 3: 432 produtores agrícolas e suas famílias em 5 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA incrementam as culturas resistentes à seca (massango, massambala, mandioca e batata doce).

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i) **1.224** produtores de 6 municípios beneficiaram essencialmente de semente e material vegetativo para o incremento das culturas de massango, massambala, mandioca e batata-doce nas suas unidades de produção, sendo 726 produtores de Caluquembe, 120 dos Gambos, 524 da Cacula, 440 da Humpata, 130 da Ombadja e 10 da Cahama.



Grau de cumprimento da meta: cumprida.

3.4.1.3. Saneamento Básico e Saúde Pública

Em relação ao saneamento básico e saúde pública as acções recaíram fundamentalmente sobre a educação para saúde, boas práticas atinentes a higiene pessoal e o saneamento do meio, assim como as acções de mitigação do VIH/SIDA.

Meta 1: Em 13 Municípios onde a ADRA intervém são desenvolvidas acções de saneamento básico (tratamento da água, higiene pessoal e colectiva, assim como a construção de latrinas).

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i) Foram realizadas acções de educação para a saúde nos 13 municípios de intervenção da ADRA inicialmente previstos, abrangendo um total 4730

participantes .Os conteúdos recaíram no tratamento de água e higiene pessoal e colectiva, boas práticas de higiene e saneamento, culminando com a construção de 244 latrinas.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 2: 13 Municípios abrangidos pela intervenção da ADRA têm acesso à informação sobre as questões de HIV-SIDA e saúde materno-infantil

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i) Em 13 municípios de intervenção, 1.771 pessoas tiveram acesso à informações sobre VIH/SIDA no que se refere as formas de contágio, prevenção e mitigação do VIH/SIDA, por via de palestras, formações e capacitações. De igual modo, 896 participantes beneficiaram de 1.230 preservativos.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

3.4.1.4.Poder Local

Relacionado com o poder local as acções privilegiariam o dialogo e a interacção entre os diferentes actores locais e a sua participação nos processos de tomada de decisão nos municípios de intervenção da ADRA.

Meta 1: 28 organizações (19 associações e 9 cooperativas) de 16 municípios de intervenção da ADRA têm em curso a estruturação de serviços (crédito, comercialização, mecanização, assistência técnica e transformação de produtos agro-pecuários) de apoio as actividades produtivas dos membros.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i) 23 associações e 7 cooperativas de 13 municípios apoiadas pela ADRA ao prestaram aos seus membros os serviços seguintes: crédito 561 membros, apoio a mecanização agrícola à 80 membros e à comercialização 225 membros. Outrossim, 10 moageiras em Malanje e uma unidade de transformação de batata-doce na Huíla prestaram serviços aos seus membros no processo de transformação dos seus produtos.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 2: As Organizações da Sociedade Civil de 16 dos 25 municípios da intervenção da ADRA dinamizam os espaços de concertação entre elas e participam activamente nos espaços de diálogo com as Administrações locais através dos seus representantes, apresentando propostas concretas sobre as necessidades das comunidades.

Ponto de situação (evidências/resultados)



i) Em 11 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, as associações e cooperativas realizaram encontros periódicos de concertação, através das suas estruturas de articulação e coordenação (núcleos, fóruns e uniões) onde são discutidos os problemas sentidos nas comunidades nos domínios da saúde, educação, agricultura, água, vias de acesso, acesso aos documentos de identificação civil e delinquência juvenil. Por outro lado

sistematizam e apresentam os problemas discutidos nos encontros das comunidades e/ou através de audiências, as administrações locais para solução conjunta e/ou articulada.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 3: Em 16 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, as organizações locais da Sociedade Civil participam nos espaços de diálogo com as administrações locais e apresentam propostas sobre assuntos inerentes ao desenvolvimento dos Municípios e participam na concepção dos planos e de outras iniciativas.

Ponto de situação (evidências/resultados)

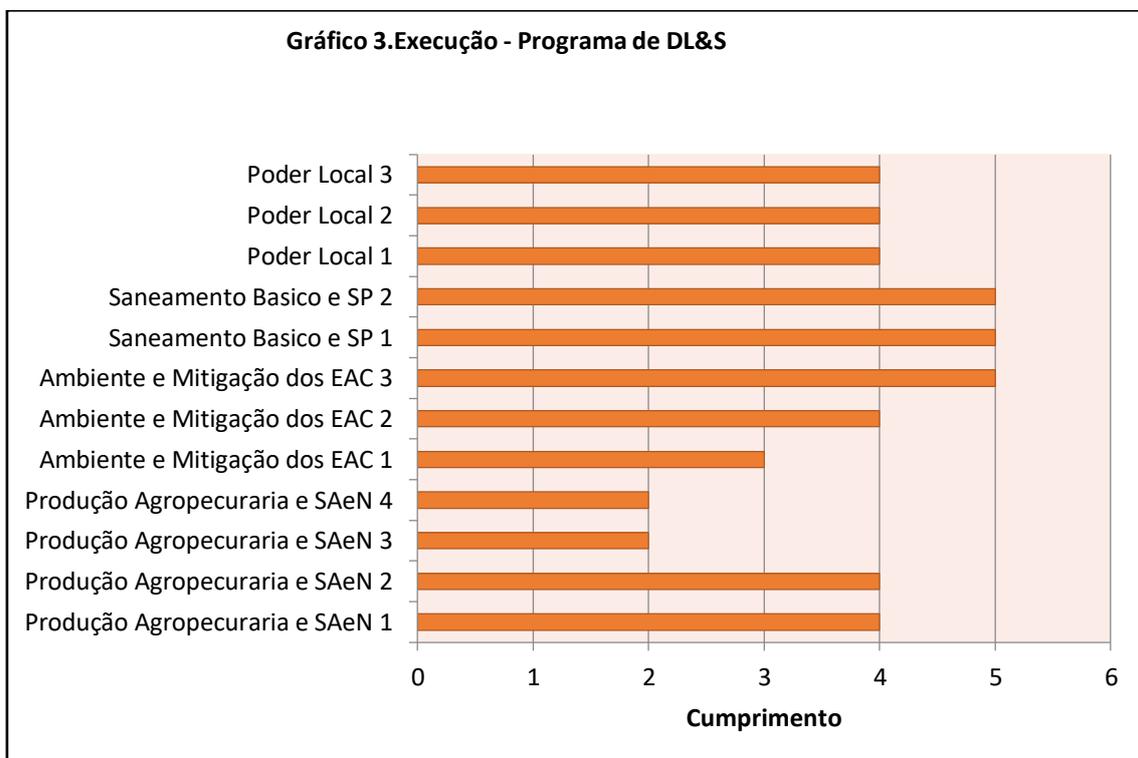
i) Em 15 municípios, as associações e cooperativas representadas pelos seus líderes ou pelas estruturas de articulação e coordenação (núcleos, fóruns e uniões) participaram das sessões dos Conselhos Municipais de Auscultação às Comunidades e apresentam as suas propostas sobre assuntos inerentes ao desenvolvimento dos municípios, tais como; ampliação da rede escolar; melhoria da assistência medicamentosa nas unidades sanitárias; colocação de

novos professores; reabilitação das vias de acesso secundárias e terciárias; apoio à produção agrícola (acesso aos insumos no âmbito dos programas públicos e maior transparência na sua distribuição); escoamento e comercialização.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

3.4.1.5. Análise do desempenho do programa

O nível de cumprimento do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável é razoável. Em 2018, a Agência de Desenvolvimento (AD) definiu no total 12 metas, assim distribuídas: 4 para a componente Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional; 3 para a componente Ambiente e Mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas; 2 para a componente Saneamento Básico e Saúde Pública e 3 para a componente Poder Local. Como ilustra o gráfico abaixo indicado, deste total de metas, 3 foram cumpridas, 6 tiveram alto desempenho, 2 registaram desempenho suficiente e 1 teve baixo desempenho.



Em relação à Produção Agropecuária e Segurança Alimentar e Nutricional destaca-se o cumprimento de 2.105 produtores capacitados (mais de 518 previstos) em sistemas agro-florestais e práticas de conservação de solos. Destaca-se, também, 1.233 produtores dos 1.311 previstos que contaram com o apoio da AD no acesso aos insumos e equipamentos agrícolas. Ainda assim, houve baixo desempenho, nomeadamente no que se refere ao acesso ao crédito monetário e ao apoio à comercialização.

No que se refere ao Ambiente e Mitigação dos Efeitos das Alterações Climáticas destaca-se a Antena Huíla e Cunene, como estrutura que registou mais processos e resultados, tendo apoiado as comunidades na construção de sistemas de captação de águas das chuvas e no incremento de culturas resistentes à seca.



Quanto ao Saneamento básico e Saúde pública, esta é a componente cujas metas foram cumpridas tal como previstas. A AD promoveu diversas iniciativas de educação para saúde em 13 municípios de intervenção que tinham sido previstos. Estas iniciativas consubstanciam-se na realização de palestras e campanhas de sensibilização e no apoio à construção de latrinas, especialmente na Huíla e em Malanje, onde foram construídas 228 e 12 latrinas, respectivamente. Além disso, foram promovidas palestras e campanhas de sensibilização sobre a importância de preservativos, tendo sido distribuídos cerca de 2.126 preservativos, sendo 1.230 em Benguela e 896 em Malanje. Por último, na componente do Poder local houve um alto desempenho. Foram realizados vários encontros nos 16 municípios previstos, tendo envolvido cerca de 2.105 produtores, dos quais 973 mulheres. Os encontros permitiram aprofundar conhecimentos sobre autarquias e políticas públicas de desenvolvimento rural em curso no país. Por outro lado, em 15 dos 16 municípios previstos, os membros de organizações locais participaram nas sessões de auscultação às comunidades, bem como solicitaram audiências às Administrações Municipais para apresentar propostas.

3.4.2. Programa de Cidadania e Advocacia Social

O Programa de Cidadania e Advocacia Social conta com seis componentes e 30 linhas de acção a seguir o balanço do cumprimento das metas para cada uma das componentes.

3.4.2.1.Participação Cívica

A promoção da participação cívica é uma das componentes cruciais da intervenção social da ADRA, pois que, concorre para o fortalecimento da consciência cívica e, por conseguinte, para o exercício da cidadania.

Em 2018, as acções realizadas no âmbito desta componente centraram-se na divulgação da legislação e nos debates



sobre temas diversos relacionados com a vida política do país, destacando-se, em particular, o processo de implantação das autarquias locais e o Orçamento Geral do Estado. De seguida, apresenta-se o balanço das metas previstas para 2018.

Meta1: Em 17 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, os actores sociais tem acesso a informação sobre legislação fundamental

Ponto de situação (evidências/resultados)

Em 19 municípios ocorreram acções de divulgação da Lei de Terras, Lei das Associações Privadas, Lei das Cooperativas, Lei contra a Violência Doméstica e Lei 15/16 (Lei sobre o funcionamento dos órgãos locais do Estado), que abrangeram 300 organizações locais e 1680 pessoas (565 mulheres).

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 2: Em 14 dos 25 municípios onde a ADRA intervém são dinamizados debates sobre autarquias, OGE, papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento local

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Nos encontros das comunidades realizados em 16 municípios, o tema das autarquias foi o mais discutido e constatou que havia ainda pouco conhecimento sobre o assunto, tendo-se recomendado a ampliação das acções de divulgação;

- ii. Em 12 municípios foram realizadas sessões de auscultação e debate sobre a proposta do pacote legislativo autárquico, envolvendo 1490 pessoas, entre membros de associações e cooperativas, autoridades tradicionais, líderes religiosos, representantes de partidos políticos e quadros das Administrações Municipais e Comunais;
- iii. Igualmente em 12 municípios ocorreram acções de discussão sobre o OGE através de debates, conferências, mesas redondas, seminários e workshops.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

3.4.2.2. Juventude, Direitos e Oportunidades

As acções realizadas no quadro desta componente procuraram proporcionar oportunidades de capacitação dos jovens através do apoio às suas iniciativas organizativas e realização de estágios de fim de curso, tal como se pode perceber na síntese que se segue sobre o balanço das metas projectadas para 2018.

Meta 1: Até final de 2018 são dinamizados 11 grupos juvenis nos diferentes municípios abrangidos pela intervenção da ADRA.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Dinamizados 9 grupos de juvenis no Huambo e 56 espaços de debates sobre temas de interesse dos jovens;
- ii. Apoiada uma associação juvenil do município de Caluquembe (Huíla) na elaboração de dois projectos de empreendedorismo e em Malanje quatro grupos juvenis beneficiaram de financiamento para a implementação de projectos agrícolas.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 2: Até final de 2018 são apoiados 28 estudantes na realização de estágios, no âmbito dos trabalhos de fim de curso

Ponto de situação (evidências/resultados)

Apoiados 30 estudantes finalistas na realização de estágios (9 no Huambo, 2 em Malanje, 7 em Benguela, 8 na Huíla e 4 estudantes na Sede).

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

3.4.2.3. Direitos da Mulher

O apoio as iniciativas económicas e o fortalecimento da liderança das mulheres nas organizações locais constituíram o principal foco da actividade da ADRA nesta componente em 2018, conforme espelha o balanço das metas.

Meta 1: Até final de 2018 em 16 dos 25 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA aumenta o número de iniciativas económicas e organizativas dinamizadas por mulheres

Ponto de situação (evidências/resultados)

Em 4 municípios, 4 grupos de mulheres beneficiaram de apoio em crédito direccionado para actividades agrícolas e pequenos negócios.

Grau de cumprimento da meta: baixo desempenho.

Meta 2: Até final de 2018 o número de mulheres que ocupam postos de liderança aumenta de 37% (115) para 40% (118) em Benguela, de 21% (38) para 34% (47) na Huíla e Cunene, de 14% (35) para 21% (53) no Huambo e de 23% (58) para 69% (173) em Malanje

Ponto de situação (evidências/resultados)

O número de mulheres que ocupam postos de liderança nas organizações comunitárias aumentou de 37% para 60% em Benguela, de 21 % para 41% no Cunene e na Huíla, de 14% para 31% no Huambo e de 23% para 58% em Malanje.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

3.4.2.4. Direito à Terra

As acções de promoção do direito à terra incidiram sobre o apoio às comunidades na delimitação das suas terras e na organização de debates sobre a problemática fundiária no país. O balanço das metas projectadas nesta componente revelou o seguinte quadro:

Meta 1: Até final de 2018, pelo menos 5 comunidades das províncias da Huila e Benguela tenham delimitadas/demarcadas as suas terras

Ponto de situação (evidências/resultados)



- i. Em Benguela, uma comunidade do município da Ganda iniciou o processo de delimitação das suas terras;
- ii. Na província da Huíla três comunidades do município da Cacula realizaram a delimitação participativa das suas terras e obtiveram os respectivos croquis, aguardando pela emissão dos títulos de reconhecimento.

Grau de cumprimento: alto desempenho.

Meta 2: Pelo menos 3 dos 7 processos remetidos ao Governo Provincial do Huambo culminem com a emissão dos títulos de reconhecimento

Ponto de situação (evidências/resultados)

Não houve nenhum avanço, apesar das diligências feitas junto das estruturas locais ligadas ao processo de legalização de terras (Administração Municipal da Caála, Direcção Provincial da Agricultura e Florestas e Departamento Provincial do IGCA).

Grau de cumprimento da meta: nulo

Meta 3: Assegurado espaço de debate sobre a problemática de terras a nível provincial e nacional

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Em 6 das 7 províncias onde a Organização intervém foram dinamizados espaços de debates sobre a problemática de terras, num total de eventos, entre conferências e workshops .
- ii. Nos encontros municipais das comunidades, a problemática da terra foi objecto de discussão, tendo os participantes solicitado que as Administrações Municipais contemplem nos seus programas o apoio à legalização de terras comunitárias.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

3.4.2.5. Informação, Documentação e Comunicação

Nesta componente a intervenção foi dominada pelas acções de visibilidade, nomeadamente a participação em espaços de debate, conforme se apresenta nas linhas que se seguem.

Meta 1: Assegurada a produção das publicações e funcionamento das plataformas de informação digital; assegurado o funcionamento da página Web e outras plataformas digitais

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Site em actualização e 18 publicações de artigos e notícias no website;
- ii. 163 publicações no Facebook.

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

Meta 2: Assegurada a presença da organização nos principais espaços de debate

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. 74 presenças em programas radiofónicos;
- ii. 27 presenças em programas televisivos;
- iii. Participação em conferências, seminários e palestras a nível municipal, provincial e nacional

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 3: Até ao final de 2018 sejam revitalizados os Centros de Informação e Documentação

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Deu-se início o processo de reorganização do acervo bibliográfico dos Centros de Informação e Documentação nas Antenas Benguela, Huambo e Malanje
- ii. Na Sede decorreu a catalogação de todo o material bibliográfico do Centro de Informação e Documentação.

Grau de cumprimento da meta: baixo desempenho.

Meta 4: Até final de 2018 sejam sistematizadas e publicadas 7 experiências

Sistematizadas 4 experiências de boas práticas de desenvolvimento local: i) Cooperativismo e comercialização na Ganda, ii) Caixas comunitárias no Bailundo, iii) Sistemas de retenção de águas pluviais nos Gambos e iv) Implantação da metodologia

da Escolas no Campo do Agricultor (ECAs) em Malanje, faltando a elaboração e publicação dos textos finais.

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

Meta 5: Até ao final do ano, os folhetos temáticos sobre o OGE e o manual de Desenvolvimento Comunitário são editados e publicados

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Disponibilizados 8000 folhetos sobre o OGE/2018-2019;
- ii. Distribuídos 500 exemplares da compilação do OGE 2015-2017);
- iii. Editados e publicados os folhetos sobre o OGE 2018-2019 perspectivas da Saúde, Protecção Social, Agricultura, Educação, Justiça, Água e Saneamento elaborados em parceria com a UNICEF, o MOSAICO e o OPSA.

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

3.4.2.6. Influência nas Políticas Públicas

A análise do OGE tem estado, nos últimos anos, no centro da actividade da ADRA relativa à influência sobre as políticas públicas, através da elaboração de posicionamentos públicos. Em 2018, a par desta análise foi realizado um estudo sobre a execução do OGE nos municípios, conforme se reporta a seguir na síntese do balanço das metas definidas nesta componente.

Meta 1: Apresentado um posicionamento sobre o OGE de 2019

Ponto de situação (evidências/resultados)

Apresentado, em parceria com o Observatório Político Social de Angola, o posicionamento público sobre o OGE de 2019.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 2: Produzido um estudo sobre programas públicos de incidência local.

Ponto de situação (evidências/resultados)

Produzido um estudo sobre o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar na província de Benguela.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 3: Produzido e divulgado um estudo sobre a execução do OGE em quatro municípios

Ponto de situação (evidências/resultados)

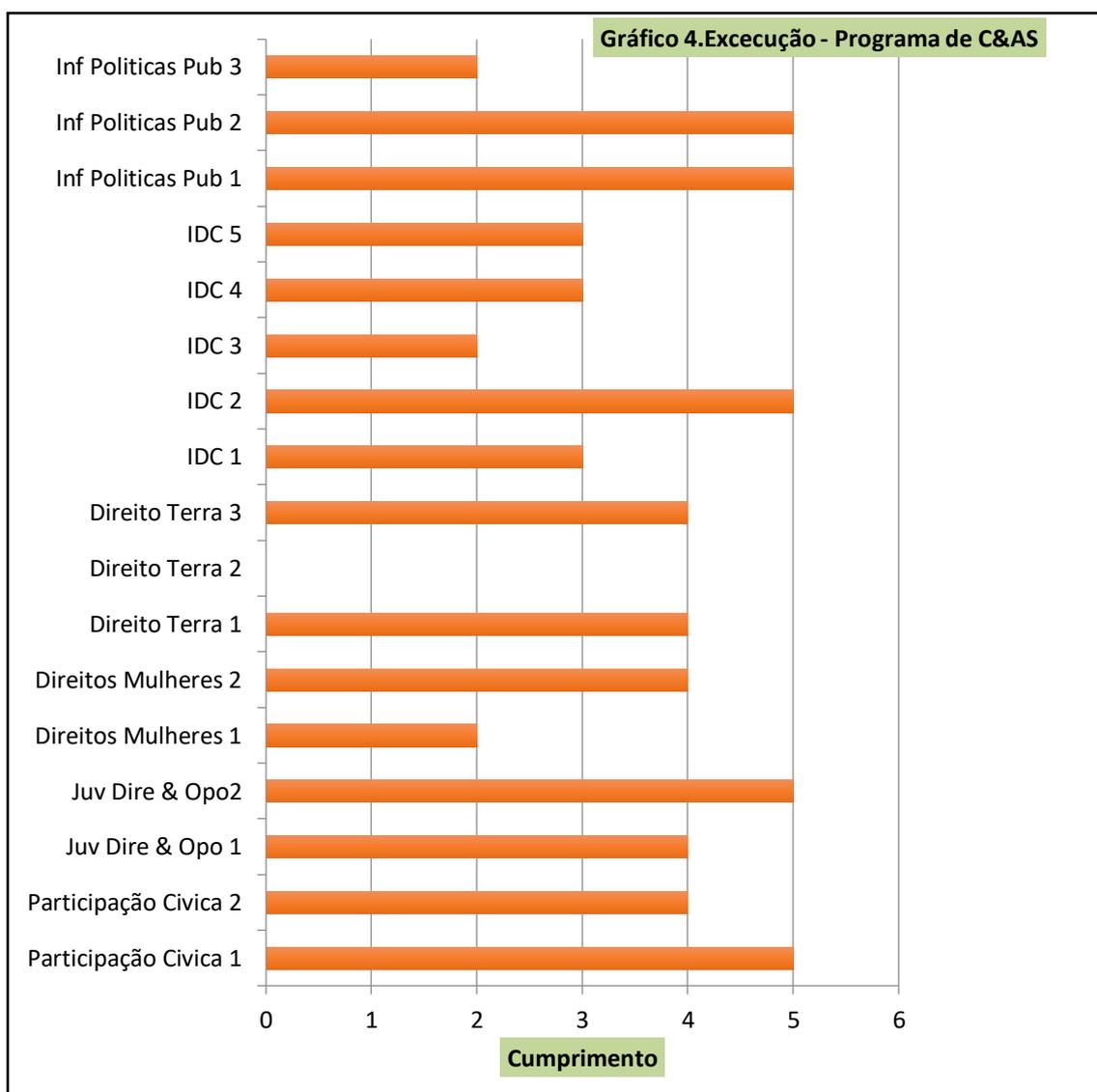
Decorreu fase de campo do estudo nos quatro municípios previstos, faltando a elaboração do relatório final.

Grau de cumprimento da meta: baixo desempenho.

3.4.2.7. Análise do desempenho do programa

O nível de cumprimento do Programa de Cidadania e Advocacia Social é satisfatório. Em 2018 foram traçadas 17 metas, sendo 2 para a componente Participação cívica, 2 para a componente Juventude, Direitos e Oportunidades, 3 para a componente Direito à terra, 5 para a componente Informação, Documentação e Comunicação e 3 para a componente Influência nas políticas públicas. Do total das 17 metas, uma teve um desempenho nulo, 3 tiveram baixo desempenho, 4 com alto desempenho, 3 com suficiente desempenho e 5 foram cumpridas, conforme se sintetiza no gráfico a seguir

indicado.



Em todos os municípios de intervenção ultrapassou-se o número de debates quer com os membros de diferentes comunidades, quer com os actores estatais e não estatais institucionais. Por exemplo, previu-se dinamizar debates sobre autarquias locais, OGE e papel da sociedade civil no desenvolvimento local em pelo menos 14 dos 25 municípios, tendo-se, no geral, promovido 36 debates, sendo 13 conferências de nível provincial e nacional; 24 workshops; 17 Fóruns; 30 formações; 10 seminários; 13 mesas redondas e 264 palestras (autarquias, OGE, Direito à Terra, comercialização e produção agrícola). Outrossim, foi previsto apoio técnico e metodológico a 28 estudantes na elaboração dos seus trabalhos de fim do curso, mas no total foram

apoiados 30, sendo 2 em Malanje, 4 em Luanda, 7 em Benguela, 8 na Huíla e 9 no Huambo. A existência de projectos de lóbi e advocacia social, conjugados com o actual contexto político cada mais aberto ao diálogo e concertação entre os decisores públicos e os cidadãos são pelo menos os principais factores de sucessos para o alto desempenho do programa.

Na província do Huambo houve baixo desempenho em relação à emissão de títulos de reconhecimento de terras para fim agrícola. Dos 7 processos remetidos ao Governo Provincial em 2017, esperava-se que ao até final de 2018, pelo menos 3 obtivessem títulos, mas isto não aconteceu, devido à existência de problemas de comunicação com o IGCA.

3.4.3. Programa de Desenvolvimento Organizacional

O Programa de Desenvolvimento Organizacional (PDO) visa a criação de condições organizacionais que respondam as exigências estratégicas e programáticas da sua intervenção. Para o efeito, o PDO está estruturado em quatro componentes, nomeadamente: (i) Gestão de Desenvolvimento de Pessoal; (ii) Gestão Financeira, Administrativa e de Património; (iii) Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação; e (iv) Vida Associativa e Governação.

3.4.3.1. Gestão e Desenvolvimento do Pessoal

As acções realizadas nesta componente tiveram maior incidência na reflexão sobre os valores e princípios da Organização, asseguramento dos mecanismos de gestão do pessoal, promoção do equilíbrio de género nos postos de liderança e na realização de acções de capacitação dos quadros.

Meta 1: Criadas as condições para a partilha dos valores na Organização

Ponto de situação (evidências/resultados)

Aproveitados os espaços existentes na Organização (formações em Desenvolvimento Comunitário, Encontros com Trabalhadores, Encontros Técnicos, Encontros das Mulheres, “retiros”,etc) para a realização de reflexões sobre os princípios e valores da ADRA.

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho.

Meta 2: Assegurado o funcionamento regular dos mecanismos e ferramentas de gestão do pessoal

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. 80% dos trabalhadores avaliados e com resultados globalmente satisfatórios;
- ii. Todas as estruturas da AD implementaram os planos de férias dos trabalhadores;
- iii. Celebração de contratos em função do vínculo laboral de cada trabalhador

Grau de cumprimento da meta: alto desempenho

Meta 3: Pelo menos 35% dos postos de chefia são ocupados por mulheres

Ponto de situação (evidências/resultados)

Em 2018, a percentagem de postos de chefia ocupados por mulheres atingiu 58%.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 4: Pelo menos 40% dos quadros da ADRA participam em ciclos de debates e capacitações que permitem reforçar os níveis de qualificação técnico-profissional

Ponto de situação (evidências/resultados)

80 % dos quadros participaram em diversas acções formativas ligadas ao Desenvolvimento Comunitário, metodologia das ECAs, autarquias, justiça de género, comunicação e procedimentos administrativos.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

Meta 5: Homens e mulheres da ADRA gozam dos mesmos direitos e oportunidades de ascensão aos cargos na Organização

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Duas assistentes de projectos assumiram a direcção das Antenas Benguela e Huambo;
- ii. Duas mulheres eleitas a Presidente e Vice-Presidente do Conselho Directivo;
- iii. Um tesoureiro promovido a coordenador do Núcleo de Gestão da Antena Benguela;
- iv. Um contabilista promovido a director da Unidade de Gestão Financeira da Agência.

Grau de cumprimento da meta: cumprida.

3.4.3.2. Gestão Financeira, Administrativa e de Património

As principais realizações nesta componente tiveram como foco principal a elaboração de propostas de propostas para a captação de financiamentos, a actualização do manual de procedimentos administrativos e a inventariação do património da Organização, conforme se descreve nas linhas que se seguem.

Meta 1: Submeter aos diversos financiadores pelo menos 10 propostas de projectos, e arrecadados pelo menos 20.000,00 dólares americanos resultantes de prestações de serviços.

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Submetidos aos diversos financiadores 13 propostas de projectos, dos quais 10 aprovados, 1 não aprovada e 2 aguardam pela aprovação.
- ii. Arrecadados USD 32.174,36 resultantes da prestação de serviços de consultoria.

Grau de cumprimento da meta : cumprida

Meta 2: Até final de 2018 a Organização possui e utiliza o manual de procedimentos administrativos

Ponto de situação (evidências/resultados)

Em actualização o manual de procedimentos administrativos da Organização.

Grau de cumprimento da meta: baixo desempenho.

Meta 3: Assegurada a prestação de contas nos prazos estabelecidos nos acordos

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Cada estrutura da AD dispõe de um mapa com os prazos para entrega de relatórios aos doadores, a partir do qual tem sido feita a prestação de contas;
- ii. O relatório de Auditoria 2017 não foi entregue no prazo estabelecido, o que influenciou negativamente o processo de desembolso de fundos.

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

Meta 4: Trabalhadores envolvidos na gestão do património têm em conta as regras e procedimentos em curso na organização

Ponto de situação (evidências/resultados)

Identificada a necessidade de redefinir as regras de gestão do património, no quadro actualização do manual de procedimentos administrativos, Contudo, a gestão vem sendo feita no âmbito das regras estabelecidas por cada estrutura, tendo em conta os princípios da Organização.

Grau de cumprimento da meta: desempenho muito baixo.

Meta 5: Feito o inventário e a codificação de todo o património da ADRA

Ponto de situação (evidências/resultados)

Efectuado levantamento do património da ADRA nas províncias de Benguela, Luanda e Malanje pela Comissão de Gestão das Iniciativas Geradoras de Rendimento. Em curso nas províncias do Huambo e da Huíla.

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

Meta 6: Assegurada a continuidade do processo de regularização da situação legal de bens patrimoniais

Ponto de situação (evidências/resultados)

A Comissão de Gestão do património, prossegue com as actividades de regularização da situação legal do património da Organização. Assim, foram legalizados os escritórios do Huambo, os terrenos do Cangote e do Ngove no Huambo, as residências da rua Joaquim Kapango e da Vila Alice em Luanda, e a residência do Lobito em Benguela.



Estão na fase de finalização a residência do Chamavo e da Sede em Luanda, assim como da Pensão PROMODES e o terreno da Ganda em Benguela.

Grau de cumprimento da meta: desempenho suficiente.

3.4.3.3. Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação

A recolha de dados sobre os beneficiários abrangidos pela intervenção da ADRA, a elaboração de planos de monitoria e o asseguramento dos espaços institucionais constituíram as principais acções realizadas, no quadro da componente de monitoria,

inovação e aprendizagem organizacional, cujo desempenho das metas é a seguir apresentado.

Meta 1: Existência de uma base de dados com informação referente à abrangência territorial e aos beneficiários da acção da ADRA

Ponto de situação (evidências/resultados)

Concebido um modelo de base de dados sob a forma de ficheiros de Excel, tendo as Antenas iniciado a recolha e inserção dos dados dos beneficiários. Estes ficheiros incluem aspectos etários, escolaridade, perfil produtivo (área da exploração agrícola, número de animais) e a localização das aldeias (distância em relação a sede do município e da província e estado das vias de acesso). No modelo proposto, os beneficiários são inseridos por aldeia e por organização (associação ou cooperativa).

Grau de desempenho da meta: baixo desempenho.

Meta 2: A recolha de informação é realizada de forma sistemática, garantindo a análise do grau de execução do Plano de Acção Indicativo

Ponto de situação (evidências/resultados)

- i. Elaborados planos de monitoria de indicadores em função das metas projectadas nos Planos de Acção Operativo das Antenas e do Plano de Acção Indicativo da Agência de Desenvolvimento. Nos referidos planos foram estabelecidos os principais elementos de monitoria: i) o tipo de informação a recolher, ii) as fontes de informação, iii) os instrumentos de recolha e registo da informação, iv) o período de recolha e v) as estruturas responsáveis pela recolha da informação.
- ii. Os balanços semestrais e anuais dos Planos Operativos tiveram como base a análise do grau de cumprimento das metas projectadas. Contudo, ao longo do ano, a actividade de recolha de informação não esteve adequadamente alinhada aos elementos estabelecidos nos planos de monitoria elaborados, dada a pouca familiaridade das equipas com os instrumentos.

Grau de desempenho da meta: desempenho suficiente.

Meta 3: Os espaços institucionais funcionam com regularidade e tomam decisões eficazes

Ponto de situação (evidências/resultados)

Os principais espaços institucionais (Conselhos de Gestão, Conselhos de Coordenação, Conselhos de Coordenação Conjuntos, Encontros Técnicos) funcionaram com alguma regularidade, embora não tenha sido realizado o Conselho de Representantes e o Encontro Técnico da Unidade de Projectos e Desenvolvimento. A realização destes espaços permitiu tomar decisões importantes de gestão relativas sobretudo ao processo de ajustamento das estruturas da Agência de Desenvolvimento que ocorreu ao longo do ano.

Grau de desempenho da meta: alto desempenho.

3.4.3.4. Governação e Vida Associativa

Do ponto de vista da governação, o ano de 2018, foi marcado pela aprovação do Plano Estratégico 2018-2022 e pela realização da 24^a Assembleia de Renovação de mandatos dos membros dos órgãos sociais para o período 2018-2021.

Na prossecução das suas responsabilidades, o CD desenvolveu as seguintes actividades:

- i.** Três reuniões ordinárias;
- ii.** Actualização do regulamento interno;
- iii.** Acompanhamento do Encontro das Comunidades a nível provincial e nacional;
- iv.** Elaboração dos planos de trabalho para o último trimestre de 2018 e para o ano de 2019 e respectivos orçamentos;
- v.** Preparação do XX Conselho de Representantes;
- vi.** Retomado o processo de revisão dos Estatutos;
- vii.** Acompanhamento dos trabalhos da Comissão de Gestão das Iniciativas Geradoras de Rendimento;
- viii.** Conclusão do relatório bianual 2016-2017.



No que se refere à vida associativa, o CD debruçou-se sobre o nível actual de participação dos membros, particularmente nas assembleias e em outros eventos institucionais da Organização. Da análise feita, constata-se que dos 178 membros, em média 30

participam com regularidade nas assembleias e têm as quotas em dia. De recordar que os Estatutos prevêem, no artigo 13º das sanções na sua alínea b, a suspensão dos direitos até um ano ao membro que tiver 12 meses de quotas em atraso sem motivos justificados.

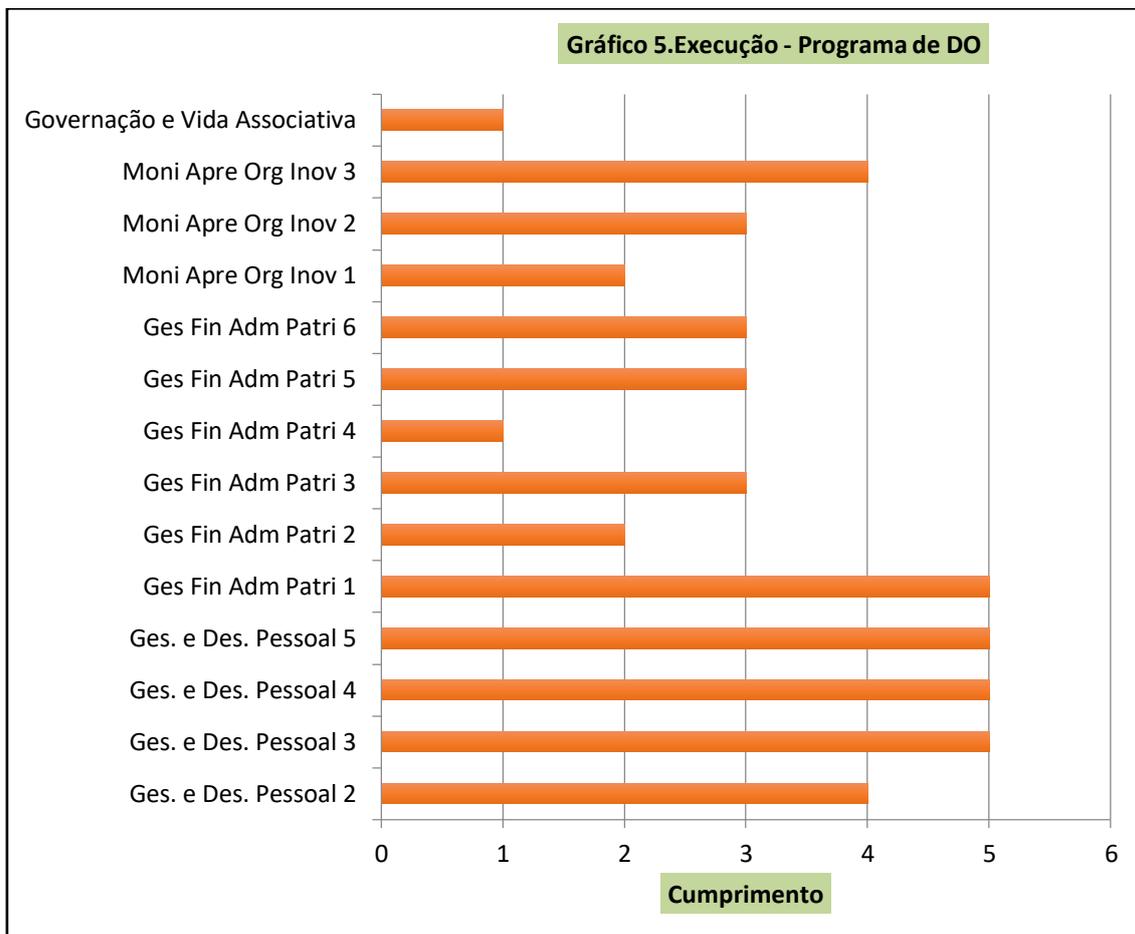
Em termos de metas projectadas para 2018 foi estabelecida a revitalização dos círculos locais de membros e a inclusão destes nos eventos institucionais e outras acções. O desempenho da meta foi muito baixo, na medida em que apenas no Huambo decorreu um encontro com os membros, onde foram abordados, entre outros assuntos, o Plano Estratégico 2018-2022, a revitalização dos círculos dos membros, as quotas e o fluxo de informação entre os membros e as estruturas da Organização.

3.4.3.5. Análise do Desempenho do Programa

No primeiro ano da implementação do Plano Estratégico 2018-2022, a ADRA contou com 97 funcionários (mesmo número com que terminou o ciclo passado, dos quais 36 são mulheres) formados em diversas áreas.



O nível de cumprimento de metas referentes ao Programa de Desenvolvimento Organizacional (PDO) é razoável. Em 2018, a AD definiu 14 metas para o PDO, sendo 5 para a componente Gestão e Desenvolvimento do Pessoal, 6 para a componente Gestão Financeira, Administrativa e de Património e 3 para a componente Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação. Em termos de cumprimento, 2 metas tiveram baixo desempenho, 2 alto desempenho, 4 suficiente desempenho e 6 foram cumpridas, tal como se pode observar na no gráfico abaixo.



Na primeira componente (Gestão e Desenvolvimento do Pessoal) constatou-se a preocupação com a dinamização de espaços internos para a partilha de valores defendidos pela Organização, a participação de quadros em diversos ciclos de debates e capacitações aos níveis municipais, provinciais, nacional e internacional. Além disso, foi notório o desempenho da Organização na promoção de direitos e oportunidades para os homens e para as mulheres. Por exemplo, duas mulheres ascenderam ao posto de Directora de Antena (uma em Benguela e outra no Huambo). Contudo, há necessidade de a Organização assegurar que, anualmente, todos os funcionários sejam avaliados, pois 20% dos seus funcionários não foram avaliados, por dificuldades de gestão de tempo por parte dos superiores hierárquicos.

Na segunda componente (Gestão Financeira, Administrativa e de Património) destaca-se o desempenho da Organização na mobilização de recursos para a sua sustentabilidade, na aplicação do manual de procedimentos e nos sistemas de prestação

de contas dentro e fora da Organização. Destacar ainda o processo de inventariação e regularização da situação legal do património da Organização.



Na terceira componente (Monitoria, Aprendizagem Organizacional e Inovação) observa-se um alto desempenho no funcionamento regular de espaços institucionais, permitindo tomar decisões importantes, como a manutenção de quadros em contextos de crise financeira e económica. Destaca-se, também, o desempenho suficiente em relação à recolha sistemática de informação sobre o trabalho da Organização, permitindo a produção de relatórios, projectos e de posicionamentos públicos. Contudo, houve um baixo desempenho quanto à elaboração de uma base de dados sobre o seu grupo de referência. Esta base de dados permitiria eficácia na actualização e na disponibilização de informações aos interessados, ao invés dos ficheiros em Excel distribuídos às diferentes estruturas.

Finalmente, na componente de Governação e Vida Associativa registou-se um desempenho muito baixo na única meta projectada para 2018, o que é explicado, em grande medida, pelo facto de o CD ter iniciado o processo de revitalização dos círculos já no último trimestre do ano.

3.5. Iniciativas geradoras de rendimento

A ADRA desde sempre procurou desenvolver iniciativas geradoras de rendimento, visando reduzir a sua dependência de financiamentos externos. É neste quadro que foi criada a PROMODES como órgão executivo de suporte à sustentabilidade da ADRA, numa perspectiva de contribuir para o autofinanciamento de projectos e da ampliação e alargamento de um sector privado com ética e paradigma de desenvolvimento sustentável.

Como é sabido, a dada altura a PROMODES começou a ter problemas de gestão, situação que levou a desencadear um processo de saneamento da empresa, iniciado em 2017 por uma comissão de gestão das iniciativas geradoras de rendimento criada por decisão do CD¹³. Em 2018 deu-se continuidade ao referido saneamento, traduzido nas seguintes acções:

¹³ Em 2012 foi criado um grupo de trabalho encarregue de acompanhar a actividade da PROMODES. Após um trabalho de diagnóstico feito pelo grupo, o mesmo propôs ao CD a criação de uma comissão de gestão para levar a cabo o processo de saneamento da PROMODES e regularização da situação legal dos bens patrimoniais.

- i. Levantamento das dívidas da empresa com terceiros, estimadas em Kz 136.752.800,00¹⁴ (BCI, AGT, EMMAUS, Solidariedade Prática, OMNIA e alguns honorários);
- ii. Levantamento de dívidas de terceiros para com a PROMODES, no valor de Kz 32.806.458,00 (ASA-Portugal, venda de viatura a uma ex-funcionária, venda de mobília);
- iii. Início do processo de regularização da situação legal dos bens imóveis da ADRA (Pensão PROMODES em Benguela, vivenda da Vila Alice , Sede da Agência e os apartamentos da rua Joaquim Kapango e Chamavo em Luanda, as residências do Lobito e do Bailundo, um terreno na Ganda e dois no Ngove);
- iv. Inventariação de outros bens patrimoniais (nave do Lobito e residências/lojas da Caála e do Waku-kungo).

Apesar de a PROMODES ter a sua actividade paralisada, continua a suportar alguns custos salariais com 10 funcionários, dos quais 8 guardas (2 em Cangote-Huambo, 2 na Ganda, 2 na Pensão-Benguela e 2 na sede da PROMODES) e 2 administrativos.



Relativamente à PCA (Projecto de Consultoria Austral) continua o processo de dissolução e liquidação da empresa, tendo sido cumpridos os procedimentos relacionados com as obrigações fiscais, faltando o registo da acta notarial de dissolução, a publicação da deliberação da dissolução em diário da República e o

registo da dissolução junto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda.

¹⁴ Além deste valor, a transitária NDS reclama um montante de cerca de Kz 100.000.000,00, mas que não há documentos de suporte que provam a dívida.

3.6.Execução financeira

3.6.1.Quadro geral das receitas e despesas

Durante o ano de 2018, a ADRA obteve como receitas 4.092.110 USD (Quatro milhões, noventa e dois mil e centos dólares norte americanos) sendo que em 2017 3.951.783,00 USD (três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e três dólares norte americanos) uma variação percentual de +4%. Cerca de 16% das receitas de 2018 foram obtidas a partir de fontes internas (23% em 2016 e 19% em 2017), 81% de proveitos externos (61% em 2016 e 70% em 2017), e 3% de doadores nacionais como mostra a tabela n.º 4.

Tabela n.º 4 – Volume de financiamento

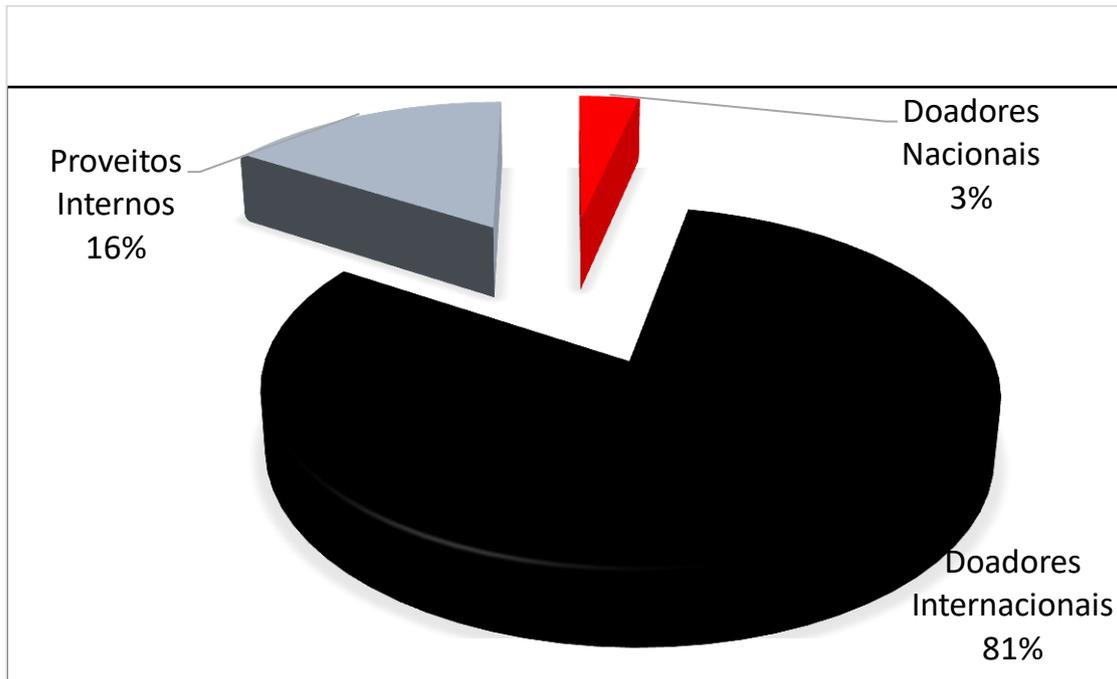
Proveitos	2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	3.845.391,00	100%	3.951.783,00	100%	4.092.110	100%
Receitas Internas	866.331,00	23%	731.460,00	19%	654.737,6	16%
Doadores Nacionais	42.711,00	1%	0,00	0%	122.763,3	3%
Internacionais	2.333.438,00	61%	2.762.542,00	70%	3.314.609,10	81%

Fonte: Relatório de auditoria financeira consolidado 2016 e 2017 e 2018

3.6.2. Origem das receitas

As receitas foram provenientes, essencialmente, de doadores externos (Nacionais e internacionais) à ADRA.

Gráfico n.6º fonte das receitas



A União Europeia continua como maior financiador de projectos na ADRA (21%), seguido por AFRIKAGRUPPERNA (19%).ADRA teve apenas recursos de um actor local que gere fundos do Banco Mundial, o FAS, que financiou o Projecto Aldeias Sustentáveis 3% do total dos proveitos. Entretanto uma parceria que não tem sido bem-sucedida.

Gráfico 7. Principais financiadores da ADRA em 2018

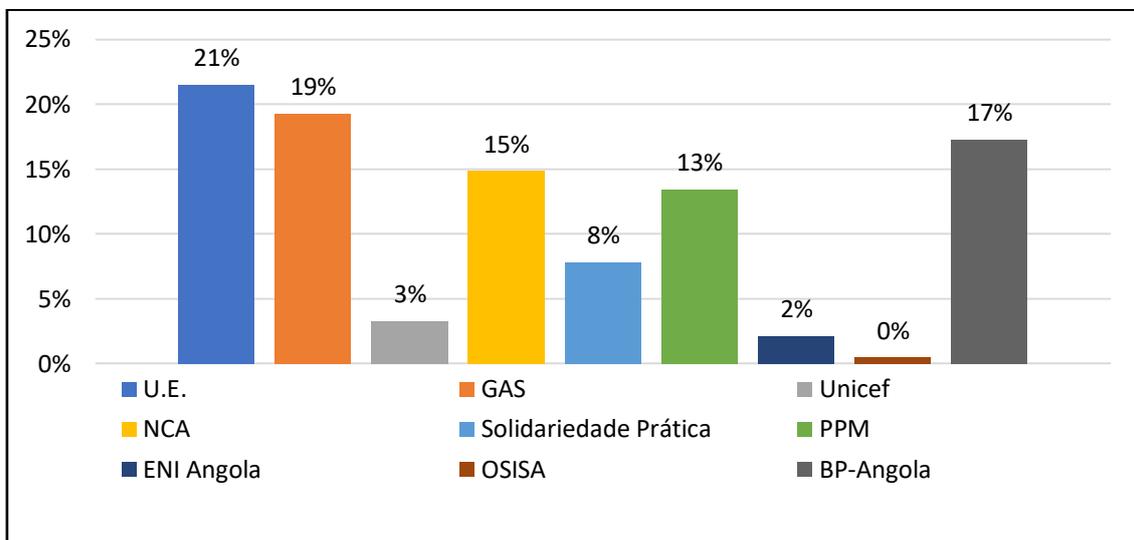
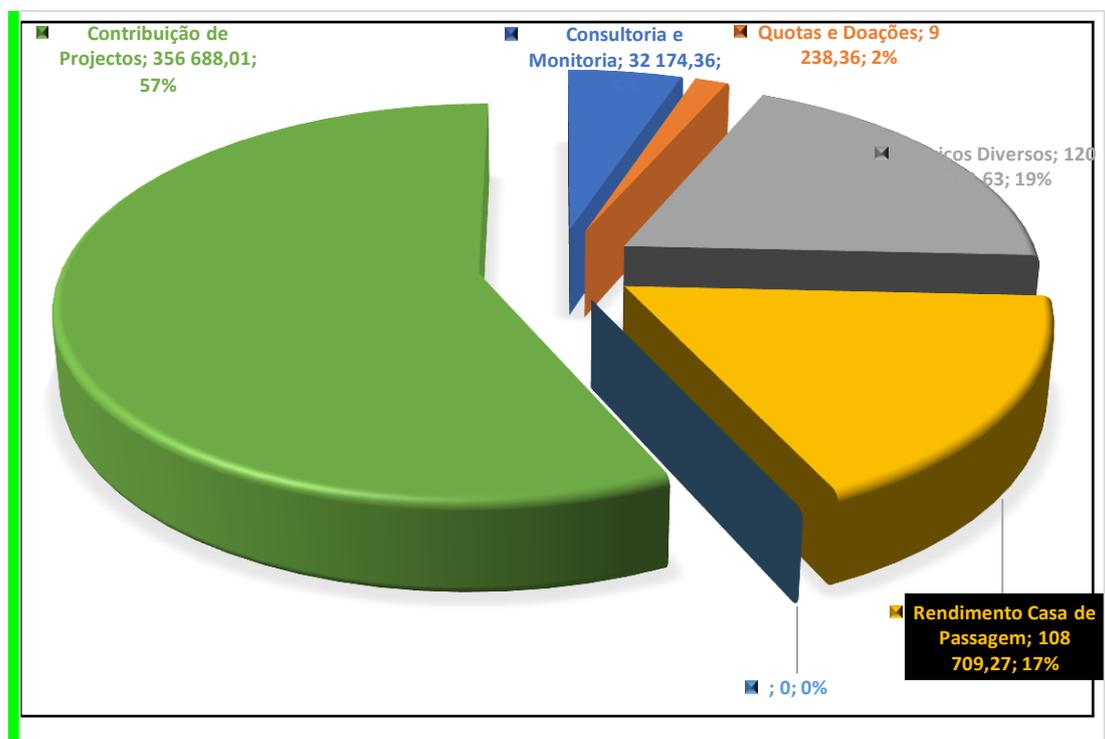


Gráfico n.8º Origem das receitas internas



As receitas internas da ADRA dependem significativamente dos projectos que implementa. Perto de 60% é arrecadado em função do número e da natureza dos projectos. A Antena Huila/Cunene foi a estrutura que arrecadou mais receitas em 2018, fruto de 6 projectos que implementou neste mesmo ano.

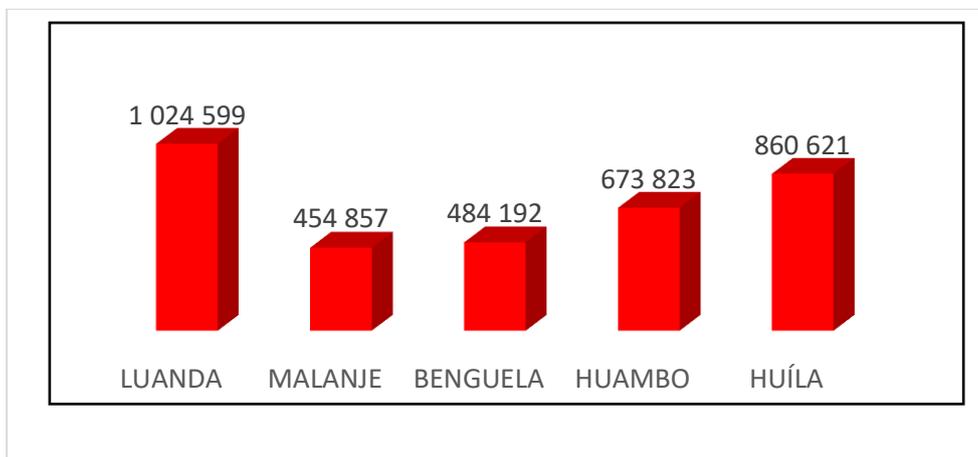
Em 2018 o valor das quotas de membros, ascendeu a cifra de 9.238 USD. Importa referir que de 2016 a 2017, foram arrecadados um total de 11 216 USD (2 495 USD em 2016 e 8 721 USD em 2017) em quotas de membros (0.70% dos orçamentos).

3.6.3.Custos

Os custos totais em 2018 (excluem-se os câmbios desfavoráveis) atingiram a cifra de 3.504.475,69 USD. O total de despesas atingiu a cifra de 3.144.108,00 USD em 2016 e 3.749.004,00 USD em 2017.

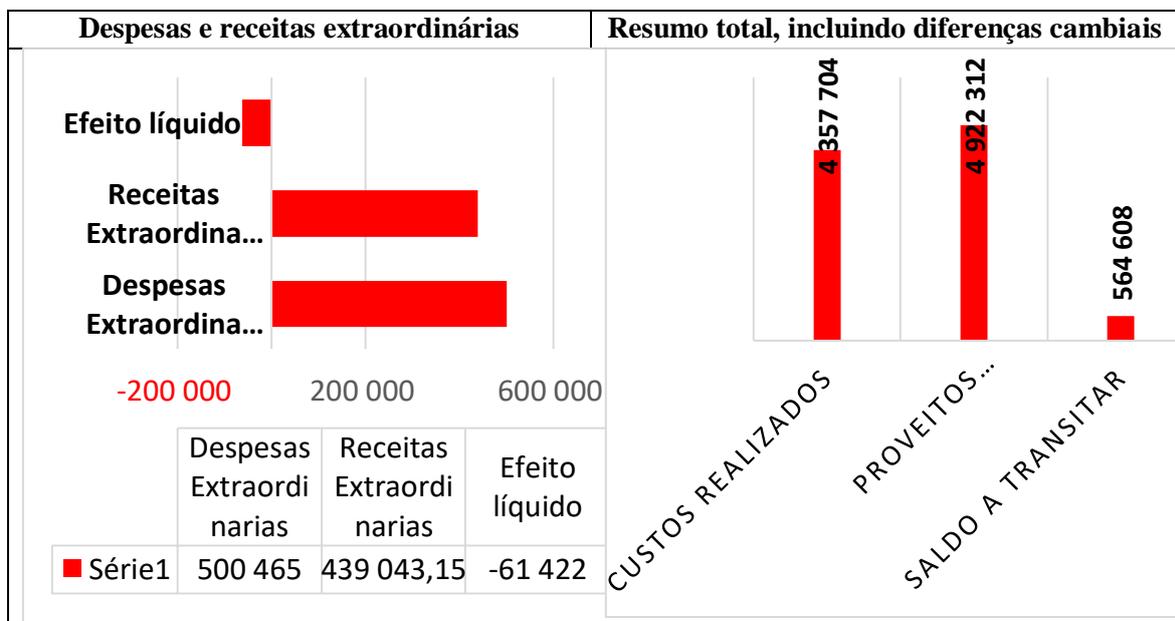
O gráfico seguinte mostra os custos por estrutura, excluem-se os câmbios desfavoráveis. A aparece em frente porque alguns dos custos executados nas antenas estão inscritos na contabilidade da Sede, como por exemplo as formações em DC, Huila foi a estrutura com mais custos, o ciclo de formação e seminários sobre o OGE que ocorre nas antenas.

Gráfico n.9º Custos por estrutura



A utilização de várias moedas e a desvalorização do Kwanza têm tido efeitos importantes em termos de ganhos e perdas extraordinárias, conforme espelha o gráfico abaixo.

Gráfico n.10º - Receitas e despesas extraordinárias – diferenças cambiais



O Grau de dependência da ADRA ao financiamentos internacionais é alto. Das receitas que tratamos aqui como internas (639 597 USD), apenas 12% (USD 106.228), podem ser consideradas próprias ou seja, as que a ADRA consegue produzir sem forte dependência de um projecto.

As receitas designadas por “Serviços Diversos” vêm de arrendamento de imóveis da ADRA e abate de viaturas. Os recursos das casas Casa de Passagem, resultam em grande medida dos serviços de alimentação (feita pelo pessoal da casa de passagem e pessoas que são contratadas pontualmente para o efeito) que se presta aos projectos em Malanje e no Huambo.

3.7. Progressos e impactos

Nesta secção apresentam-se os principais progressos e impactos registados ao longo do ano, sintetizados em função dos objectivos estratégicos definidos no Plano Estratégico.

Fortalecer a capacidade dos actores locais para a promoção do desenvolvimento sustentável

- i. O envolvimento de mais de 2000 produtores agrícolas na implantação de experiências de práticas agrícolas mais sustentáveis, com destaque para os sistemas agro-florestais;
- ii. A implementação de medidas de mitigação dos efeitos da seca, em particular nos municípios dos Gambos (Huíla) e Ombandja (Cunene), através do apoio às comunidades na construção de sistemas de retenção de águas pluviais;
- iii. A existência de 30 organizações de produtores agrícolas (associações e cooperativas) engajados na estruturação de serviços de apoio à actividade dos seus membros, particularmente as caixas comunitárias e a comercialização;
- iv. O papel assumido pelas associações e cooperativas na intermediação do diálogo entre as comunidades e as Administrações Municipais, através das suas estruturas de articulação e coordenação (núcleos, fóruns e uniões).

Influenciar as políticas públicas através da produção do conhecimento e do engajamento da sociedade civil, para garantir serviços públicos de qualidade

- i. A elaboração de um posicionamento sobre o OGE com reflexões sobre as opções de políticas públicas relacionadas com os sectores ligados à intervenção da ADRA (agricultura, nutrição, saúde, educação);
- ii. A realização de um estudo sobre a execução do OGE nos municípios;

- iii. A partilha de experiências de boas práticas de desenvolvimento local em curso nos municípios abrangidos pela intervenção da ADRA, através do Encontro Anual das Comunidades.

Promover a defesa dos direitos humanos, as práticas democráticas e a participação dos cidadãos na vida pública

- i. O crescente nível de consciência das comunidades sobre os seus direitos fundiários, traduzido no aumento de iniciativas de legalização de terras comunitárias para a obtenção de títulos de reconhecimento;
- ii. A participação, em 15 municípios, das associações e cooperativas, representadas pelos seus líderes ou pelas estruturas de articulação, nas sessões dos Conselhos de Auscultação às Comunidades, tendo apresentado propostas relacionadas com o desenvolvimento das suas comunidades nas áreas de educação, saúde, reabilitação das vias de acesso secundárias e terciárias e apoio à produção agrícola;
- iii. O envolvimento de cerca de 1500 membros das comunidades de 12 municípios abrangidos pela intervenção da ADRA no processo de auscultação sobre o pacote legislativo autárquico.

Fortalecer a capacidade de intervenção institucional, aprimorando a gestão, a diversificação dos recursos, a preservação do capital ético, o desenvolvimento associativo e de pessoal

- i. A presença significativa da ADRA no espaço público (intervenção nos órgãos de comunicação social, participação em conferências, seminários, debates, workshops), aumentado a visibilidade das causas que defende (fortalecimento da agricultura familiar, protecção dos direitos fundiários das comunidades, a melhoria dos mecanismos de diálogo entre as organizações da sociedade civil e as instituições do Estado, entre outras);
- ii. A capacitação contínua dos quadros e a promoção do diálogo inter-geracional;
- iii. O asseguramento do funcionamento dos principais espaços institucionais (Assembleia Geral, Conselho Directivo, Conselho de Gestão, Encontros Técnicos, Conselhos de Coordenação e Assembleia de Trabalhadores);
- iv. A planificação da actividade da Organização baseada na definição de metas, permitindo uma avaliação mais objectiva do seu desempenho;
- v. A manutenção de um número aceitável de projectos e com um leque diversificado de financiadores, o que permitiu assegurar a actividade da Organização ao longo do ano.

3.8. Constrangimentos

Apesar dos progressos alcançados, ao longo do ano, a Organização viu-se confrontada com alguns constrangimentos externos e internos. A nível externo, a principal constrangimento a mencionar diz respeito às linhas prioritárias dos principais financiadores do ponto de vista temático e geográfico, que nem sempre coincidem com os conteúdos de trabalho da ADRA e as necessidades mais sentidas pelas comunidades; por exemplo, há cada vez menos financiadores que apoiam projectos agrícolas e custos institucionais. Outro constrangimento tem que ver com a pressão a que está submetida a Organização, decorrente das solicitações feitas por diversas instituições do Estado e outras organizações da sociedade civil para engajar-se em diversas iniciativas de parcerias, colaborações e outras acções, resultando em sobrecarga para as estruturas executivas.

- i. A nível interno, continuaram as insuficiências na actividade de monitoria, apesar das melhorias registadas na elaboração dos instrumentos, o que dificultou o trabalho de elaboração dos relatórios a nível das diferentes estruturas da Organização. Destacam-se, ainda, os seguintes constrangimentos:
- ii. A suspensão da actividade da PROMODES que constituía uma das fontes alternativas de financiamento das actividades institucionais (Assembleia Geral, Conselho Directivo, encontros do Conselho de Representantes);
- iii. A inoperância dos círculos de membros, limitando a vida associativa;
- iv. O reduzido número de membros com quotas regularizadas;
- v. O atraso na regularização da situação legal do património da Organização.

4. CONCLUSÕES

O ano de 2018 marcou o início da implementação do PE 2018-2022, numa altura em que se registaram importantes mudanças no contexto político do país, designadamente a maior abertura do espaço público e a promoção do diálogo entre o poder político e as organizações da sociedade civil. Este novo contexto político proporcionou maiores possibilidades de intervenção à ADRA enquanto actor cívico, aumentando a visibilidade das causas que defende, algumas das quais passaram a ser objecto de preocupação por parte do Executivo, tais como o apoio à agricultura familiar e a protecção dos direitos fundiários das comunidades rurais.

A estruturação da actividade da Organização, orientada para a definição de metas, constituiu uma inovação metodológica importante, no quadro dos ajustamentos feitos ao sistema de planificação e monitoria, à luz do novo ciclo de planificação estratégica, permitindo uma avaliação mais objectiva dos avanços do seu trabalho e,

consequentemente, a mensuração do grau de concretização dos indicadores das componentes dos programas de orientação estabelecidos no PE 2018-2022.

Ao longo do ano foi possível implementar um número relativamente equilibrado de projectos, o que contribuiu para que a Organização mantivesse a sua actividade em 24 dos 25 municípios abrangidos pela sua intervenção para o período 2018-2022. Ao mesmo tempo, foi elaborado um pacote de 13 propostas de projectos para assegurar a actividade nos próximos anos.

O nível de desempenho dos três programas de orientação foi, na sua globalidade alto, exceptuando-se o PDO que teve um desempenho suficiente. Do total de 43 metas projectadas para os três programas, 11 foram cumpridas (26%), 15 tiveram alto desempenho (35%), 8 registaram desempenho suficiente (19%), 7 desempenho baixo (16%) e em 2 observaram-se desempenhos muito baixo (2%) e nulo (2%), respectivamente.

As alternativas de desenvolver iniciativas geradoras de rendimento, tendo em vista o autofinanciamento estão bastante reduzidas com a paralisação da actividade da PROMODES devido aos problemas de gestão que a empresa começou a viver já há alguns anos, afectando significativamente o seu desempenho económico. O saneamento da empresa actualmente em curso ditará o seu futuro, constituindo uma acção prioritária para o Conselho Directivo.

Em 2018, a ADRA conseguiu captar recursos de diferentes financiadores, despontando a União Europeia como maior financiador, tendo assegurado 21% do volume de financiamentos, seguida da AFRIKAGRUPPERNA (19%). Continuam muitíssimo escassas as possibilidades de mobilização de fundos junto das entidades nacionais, colocando a ADRA numa situação de alta dependência dos financiamentos internacionais.

A actividade da ADRA em 2018 conheceu progressos notáveis, com evidências que indiciam a contribuição das acções realizadas para a concretização dos objectivos estratégicos da Organização, salientando-se, o engajamento de 30 organizações de produtores agrícolas na estruturação de serviços económicos (crédito, comercialização), a produção de documentos de análise sobre as opções do OGE, a afirmação do Encontro Anual das Comunidades enquanto espaço de partilha de experiências de desenvolvimento local e de debate sobre as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural, o aumento de iniciativas de legalização de terras comunitárias no quadro da produção dos direitos fundiários das comunidades rurais e o asseguramento do funcionamento dos diferentes espaços institucionais da ADRA, mantendo a sua vitalidade organizacional.

Contudo, apesar dos progressos alcançados, registaram-se constrangimentos que afectaram o desempenho da Organização em 2018, assinalando-se, entre outros, os condicionalismos decorrentes da dependência dos financiadores cujas prioridades nem sempre coincidem com as necessidades mais sentidas pelas comunidades, a demanda de outras instituições para engajar a ADRA em acções de parceria (aumentando a sobrecarga de trabalho para as estruturas executivas), as persistentes insuficiências na actividade de monitoria, apesar das melhorias verificadas na elaboração de

instrumentos, a inoperância dos círculos de membros e o atraso na regularização da situação legal do património imobiliário da Organização.

Finalmente, o Conselho Directivo manifesta o seu apreço aos membros e trabalhadores cujo o envolvimento nas diferentes actividades permitiu a ADRA alcançar um desempenho globalmente satisfatório, conforme atestam as evidências apresentadas ao longo do presente relatório.

ANEXOS

Anexo 1-Abrangência territorial

Província	Nº de municípios	Nº de comunas	Nº de aldeias
Benguela	4	5	59
Cunene	3	4	14
Cuanza Sul	1	1	4
Huambo	4	11	59
Huíla	5	13	69
Luanda	3	-	-
Malanje	6	10	57
Total	25	44	262

Anexo 2-Projectos implementados em 2018

PROJECTOS IMPLEMENTADOS NA PROVÍNCIA DE BENGUELA							Observação
	Projecto	Local de Implementação	Beneficiários	Financiador	Orçamento	Data de início/fim	
1	Projecto Okulisanga	Cubal e Ganda	1.112 membros de associações e cooperativas (46,38% mulheres)	União Europeia	EUR 312.888,00	08.12.2016 08.12.2018	
2	Projecto Institucional	Benguela, Baía Farta, Cubal e Ganda	Quadros da Antena e 3650 membros das comunidades e 5 organizações da Sociedade Civil	GAS	EUR 147,368.00	01.01.2018 31.12.2018	Terminou

Mapa de Projectos Implementados nas Províncias da Huíla e do Cunene						
	Projecto	Local de Implementação	Beneficiários	Financiador	Orçamento	Data de início/fim
1	Direito à terra para mulheres na Humpata	Humpata- Huíla	600 famílias- 3000 pessoas	EmmausBjorka- Suécia e Solidariedade prática	USD 134.969,00	01/01/2017 31/12/2018
2	Okulisanga	Cunene- Huila	1500 camponeses, 30 técnicos da EDA e SV, 215 quadros da Administração do Estado	União Europeia	EUR 158.327,00	08.12.2016 08.12.2018
3	Ekoliso	Caluquembe- Huíla	3.017 (2.515 em Caluquembe e 602 na Caála) Camponeses, 12 técnicos da Administração local do Estado e 32 membros das Organizações da Sociedade Civil	União Europeia e PPM	EUR 299.273,00	01.03.2015 28.02.2019
4	Kumosi 2	Cacula - Huíla	2400 Camponeses	PPM	AKZ 68.008.248,00	01.07.2016 30.06.2019

PROJECTOS IMPLEMENTADOS NA PROVÍNCIA DO HUAMBO						
	Projecto	Local de Implementação	Beneficiários	Financiador	Orçamento	Data de início/fim
1	Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	Huambo- Longonjo	18 Associações, 1 Cooperativa, 755 membros	Solidariedade Prática da Suécia e Fórum Syd	USD 608.590,00	01.03.2017 01.01.2019
2	Ekoliso	Huambo- Caála	1200 famílias Camponesas e 36 Quadros das Administrações Locais do Estado	União Europeia/PPM	EUR 65.288,6	01.03.2016 28.02.2019
3	GP- Micro Crédito	Huambo - Caála e Bailundo	4 cooperativas de camponeses 650 membros	BP	UDS 450.000,00	01.10.2016 01.09.2018
4	Apoio ao Processo Democrático e Fortalecimento das Organizações locais da província do Huambo	Huambo – Caála e Longonjo	21 Organizações da Sociedade Civil	União Europeia	USD 389.693,09	29.11.2016 29.11.2018

PROJECTOS IMPLEMENTADOS NA PROVÍNCIA DE MALANJE

	Projecto	Local de Implementação	Beneficiários	Financiador	Orçamento	Data de início/Fim	Observação
1	Institucional	Sede, Cacuso, Quela, Kiwaba Nzoji, Kalandula - Malanje	17.528 Beneficiários 90 Associações de camponeses e 1 cooperativa 3 Fóruns de associações 5 Núcleos	GAS	EUR 200.000,00	01.01.2018 31.12.2018	
2	Okulonga Capacitar	Cacuso, Kela, Kiwaba Nzoji e Malanje	400 membros de diferentes organizações locais	NCA e União Europeia	EUR 300.000,00	01.01.2018 31.09.2019	
3	Aldeias Sustentáveis	Xandel, Quela	17.528 Beneficiários 90 Associações de camponeses e 1 cooperativa 3 Fóruns de associações e Instituições Acadêmicas 5 Núcleos	FAS	KZ 30.503.000,00	01.05.2018 30.04.2019	

Projectos implementados pela Sede

	Projecto	Local de Implementação	Beneficiarios	Financiador	Orçamento	Data inicio/Fim
1	Projecto de Monitoria de Políticas Públicas	A nivel nacional	População desfavorecida	PPM	EUR 500.000	01/01/2016 31/12/2018
2	Projecto de Género e Desenvolvimento	A nivel nacional	População desfavorecida	GAS	EUR 215.790, 00	01/01/2018 31/12/2018
3	Projecto de Parceria Estrategica	A nivel nacional	População desfavorecida	NCA	USD 250.000,00	01/01/2018 31/12/2018
4	Projecto OGE	A nivel nacional	População desfavorecida	UNICEF	USD 78.119,54	01/01/2018 31/12/2018
5	Projecto Oil for Development	A nivel nacional	População desfavorecida	NCA	USD 116.256,10	01/01/2018 31/12/2018